

Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado



Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales

DADOS DO CANDIDATO

NOME: _____

CPF: _____

ASS.: _____

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

1. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 30 questões numeradas de 1 a 30.
2. Confira se o seu CADERNO DE QUESTÕES contém a quantidade de questões e se essas questões estão na ordem mencionada na instrução anterior. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique ao aplicador da sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões, há apenas uma alternativa correta. Leia cuidadosamente as questões e marque a resposta correta na FOLHA DE RESPOSTAS.
4. O tempo disponível para fazer a prova é de (2) duas horas. Ao concluí-la entregue o CADERNO DE QUESTÕES e o FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal.
5. Reserve tempo para o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS, não será concedido tempo adicional para o seu preenchimento.
6. Preencha a FOLHA DE RESPOSTAS com caneta de tinta azul ou preta. Cada candidato tem direito a apenas uma FOLHA DE RESPOSTAS.
7. Assine a lista de frequência que será passada pelo Fiscal com assinatura similar ao seu documento de identificação. Mantenha seu documento de identificação sobre a mesa para que o Fiscal possa comparar a similaridade da assinatura realizada no ato da prova.
8. As provas devem ser feitas individualmente e sem consulta. Qualquer tentativa de fraude implicará o cancelamento de sua inscrição.
9. Preencha corretamente os espaços destinados às respostas corretas na FOLHA DE RESPOSTAS. Evite rasuras, marcações incorretas, assinalar mais de uma alternativa na FOLHA DE RESPOSTAS, pois a resposta não será considerada.

Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado

1º Bloco

1. A importância histórica da Declaração de Direitos - Bill of Rights da Inglaterra (1689) consiste:

- a) Em passar para esfera de competências do monarca instituir tributos.
- b) Em aumentar os poderes reais diante o parlamento.
- c) Em desprezar as prerrogativas do parlamento.
- d) Desprezar a institucionalização de forma permanente da separação dos poderes.
- e) Em colocar um fim ao regime de monarquia absoluta vigente na Inglaterra.

2. Acerca da Independência dos Estados Unidos da América do Norte, segundo Fábio Konder Comparato:

- a) Desprezou a ideia de regime constitucional.
- b) Nada contribuiu para a ideia de Direitos Humanos.
- c) Ignorou a importância da representação popular.
- d) Representou o ato inaugural da democracia moderna.
- e) Ignorou o princípio da separação dos poderes.

3. Sobre a Revolução Francesa:

- a) Abominou o uso da violência.
- b) Dialogou constantemente com precedentes históricos para se legitimar.
- c) Operou na palavra “revolução” uma mudança semântica de 180°.
- d) Desejava restaurar a antiga ordem política de liberdade degenerada pela tirania do rei.
- e) Difundiu o valor da tradição ao redor do mundo.

4. Sobre a Segunda Guerra Mundial e o surgimento da Organização das Nações Unidas, podemos afirmar:

- a) Por simetria, a Organização das Nações Unidas é semelhante à Sociedade das Nações, na mesma medida em que a Primeira Guerra Mundial é semelhante à Segunda Guerra Mundial.
- b) Por simetria a Organização das Nações Unidas é distinta da Sociedade das Nações, na mesma medida em que a Primeira Guerra Mundial é distinta da Segunda Guerra Mundial.
- c) Calcula-se que 10 milhões de pessoas foram mortas na Segunda Guerra Mundial e em sua quase totalidade eram militares.
- d) Estima-se em 4 milhões de refugiados ao final da Segunda Guerra Mundial.
- e) O Fim da Segunda Guerra Mundial não abriu a perspectiva de uma reorganização das relações internacionais com base no respeito incondicional à dignidade humana.

Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado

5. Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948:

- a) Representa a culminância de um processo ético que levou ao reconhecimento da igualdade essencial de todo ser humano em sua dignidade humana.
- b) Foi insensível aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial.
- c) A Declaração menciona explicitamente as “três liberdades” proclamadas pelo discurso do Presidente Franklin Roosevelt, em 06 de janeiro de 1941.
- d) Ignora a dignidade humana como fonte de todos os valores.
- e) A Declaração menciona explicitamente as “cinco liberdades” proclamadas pelo discurso do Presidente Franklin Roosevelt, em 06 de janeiro de 1941.

6. Acerca do Bill of Rights de 1689 da Inglaterra, podemos afirmar que o essencial do documento:

- a) Desistiu da aplicação do princípio da separação dos poderes.
- b) Enfraqueceu a instituição do júri.
- c) Ignorou a questão das penas inusitadas ou cruéis.
- d) Desconheceu o direito de petição.
- e) Consistiu na instituição da separação dos poderes, com a declaração de que o Parlamento é um órgão precipuamente encarregado de defender os súditos perante o Rei.

7. Sobre a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América do Norte, segundo Fábio Konder Comparato, podemos afirmar:

- a) Teve como inspiração a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.
- b) Foi o segundo documento político que reconhece, a par da legitimidade da soberania popular, a existência de direitos inerentes a todo ser humano, independentemente das diferenças de sexo, raça, religião, cultura ou posição social.
- c) Louva as virtudes do rei da Inglaterra daquele momento histórico.
- d) Na concepção dos chamados Pais Fundadores dos Estados Unidos, a ideia de soberania popular encontra-se, assim, intimamente associada ao reconhecimento de “direitos inalienáveis” de todos os homens, “entre os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade”.
- e) Ignora a imposição de tributos pela Inglaterra sem o consentimento das colônias nos Estados Unidos da América do Norte.

8. Sobre a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, segundo Fábio Konder Comparato, pode - se afirmar:

- a) Garantiu a permanência de aspectos do Antigo Regime, como os privilégios feudais.
- b) Teve a sanção do rei.
- c) Tornou-se uma referência indispensável a todo projeto de constitucionalização dos povos.
- d) Tinha claramente uma dimensão exclusivamente nacional, dirigida ao povo francês.
- e) Ignorou a garantia da propriedade privada.

Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado

9. Sobre a tarefa da Organização das Nações Unidas de manter a paz e a segurança internacionais:

- a) Não constitui o primeiro dos propósitos e princípios da Organização.
- b) É necessário reconhecer que ela tem sido descumprida em razão da estrutura oligárquica do Conselho de Segurança.
- c) O conflito de interesses entre determinações da ONU e os interesses nacionais das grandes potências nunca são considerados um problema para implementar as diretrizes da ONU.
- d) Ignorou o fato de uma mesma geração conhecer a barbárie de duas guerras mundiais.
- e) Desconsiderou os tratados e outras fontes do direito internacional.

10. Acerca da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é correto afirmar :

- a) O maior atentado contra a dignidade humana consiste, justamente, em considerar o outro como um ser inferior.
- b) Já no artigo I, a Declaração proclama quatro princípios axiológicos fundamentais em matéria de direitos humanos.
- c) Ignorou o direito à seguridade social.
- d) Desprezou o direito ao trabalho e à proteção ao desemprego.
- e) Proibiu a livre sindicalização dos trabalhadores.

11. O enunciado abaixo pertence a qual documento histórico?

“Que os súditos têm direito de petição ao rei, sendo ilegais todas as prisões e perseguições contra o exercício desse direito.”

- a) À Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.
- b) À Declaração de Independência dos Estados Unidos da América do Norte.
- c) À Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.
- d) À Carta das Nações Unidas, 1945.
- e) Ao Bill of Rights - Inglaterra, 1689.

12. A afirmação abaixo pertence a qual documento histórico?

“Consideramos as seguintes verdades como autoevidentes, a saber, que todos os homens são criaturas iguais, dotadas pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade.

É para assegurar esses direitos que os governos são instituídos entre os homens, sendo seus justos poderes derivados do consentimento dos governados.”

- a) Ao Bill of Rights - Inglaterra, 1689.
- b) À Carta das Nações Unidas, 1945.
- c) À Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.
- d) À Declaração de Independência dos Estados Unidos da América do Norte.
- e) À Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado

13. As afirmações abaixo pertence a qual documento histórico?

“Artigo Primeiro. Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.

Art. 2. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Tais direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.”

- a) À Declaração de Independência dos Estados Unidos da América do Norte.
- b) À Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.
- c) À Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.
- d) À Carta das Nações Unidas, 1945.
- e) Ao Bill of Rights - Inglaterra, 1689.

14. O trecho abaixo pertence a qual documento histórico?

“Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz.”

- a) À Declaração de Independência dos Estados Unidos da América do Norte.
- b) À Carta das Nações Unidas, 1945.
- c) À Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.
- d) Ao Bill of Rights - Inglaterra, 1689.
- e) À Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

15. A afirmação abaixo pertence a qual documento histórico?

“Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”

- a) À Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.
- b) Ao Bill of Rights - Inglaterra, 1689.
- c) À Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.
- d) À Declaração de Independência dos Estados Unidos da América do Norte.
- e) À Carta das Nações Unidas, 1945.

Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado

BLOCO 2

16. Em consonância com a Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Teoria Pura do Direito pretende ser uma teoria do Direito positivo em geral, não de qualquer ordenamento jurídico em específico.
- b) A Teoria Pura do Direito procura esclarecer o que é e como é o Direito, não lhe importando a questão de saber como deve ser o Direito ou como ele deve ser feito.
- c) A Teoria Pura do Direito pretende constituir uma Sociologia Jurídica empiricamente fundamentada que esclareça o nexos de causalidade entre os fatos sociais e os conteúdos materiais das normas jurídicas.
- d) A Teoria Pura do Pura do Direito pretende esclarecer o objeto da ciência jurídica, libertando-a de todos os elementos que lhe são estranhos.
- e) A Teoria Pura do Direito intenta evitar um sincretismo metodológico que obscurece a essência da ciência jurídica.

17. Assinale a única alternativa correta. De acordo com Kelsen:

- a) O que faz com que determinado fato constitua uma execução jurídica de uma sentença de condenação à pena capital e não um homicídio, essa qualidade – que não pode ser captada pelos sentidos – somente surge através desta operação mental: confronto com código penal e com o código de processo penal.
- b) O Juízo em que se enuncia que um ato de conduta humana constitui ato jurídico ou antijurídico deve, necessariamente, independe de qualquer interpretação normativa.

c) Todo e qualquer evento, processando-se no espaço e no tempo e regido pela causalidade, é um ato jurídico.

d) O sentido subjetivo de um ato é sempre idêntico ao seu sentido objetivo, e esta identidade independe de qualquer ordenamento jurídico expresso.

e) Todas as alternativas estão corretas.

18. Tendo em conta as considerações de Hans Kelsen quando da relação entre norma e produção normativa na Teoria Pura do Direito, assinale a alternativa incorreta:

a) O Direito é um sistema de normas que regula o comportamento humano

b) Com o termo “norma” se quer significar que algo deve ser ou acontecer; por exemplo, que alguém se deve conduzir de determinada maneira.

c) Quando um indivíduo, através de qualquer ato, exprime a vontade de que um outro indivíduo se conduza de determinada maneira, quando ordena ou permite esta conduta ou confere o poder de a realizar, o sentido do seu ato não pode enunciar-se ou descrever-se dizendo que o outro se conduzirá dessa maneira, mas somente dizendo que o outro se deverá conduzir dessa maneira.

d) “Norma” é o sentido de um ato através do qual uma conduta é prescrita, permitida ou, especialmente, facultada, no sentido de adjudicada à competência de alguém.

e) A ciência do direito é parte das ciências empíricas naturais.

Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado

19. Partindo das reflexões de Hans Kelsen sobre a vigência e o domínio de vigência expostas na Teoria Pura do Direito, assinale a única alternativa incorreta:

- a) A palavra vigência designa a existência específica de uma norma.
- b) Quando se descreve o sentido ou o significado de um ato normativo, afirma-se que, com o ato em questão, uma qualquer conduta humana é preceituada, ordenada, prescrita, exigida, proibida; ou então consentida, permitida ou facultada.
- c) A “existência” de uma norma positiva, a sua vigência, é diferente da existência do ato de vontade do qual ela – a norma - é o sentido objetivo.
- d) Ser e dever-ser confundem-se e jamais podem ser distinguidos.
- e) Como a vigência da norma pertence à ordem do dever-ser - e não à ordem do ser - deve também distinguir-se a vigência da norma da sua eficácia, isso é, do fato real de ela ser efetivamente aplicada e observada.

20. Tendo a Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen como referência, assinale a alternativa incorreta

- a) A conduta humana disciplinada por um ordenamento normativo ou é uma ação por esse ordenamento determinada, ou a omissão de tal ação.
- b) Quando prescrita a omissão de um ato por um ordenamento, esse ato é proibido.
- c) Se o indivíduo se conduz tal como a norma prescreve, cumpre sua obrigação, observa a

norma; com a conduta oposta, “viola” a norma, ou, o que vale o mesmo, a sua obrigação.

d) O ordenamento jurídico, estatuidando atos de coerção, pode atribuir a um indivíduo poder ou competência para estabelecer atos coercitivos sob as condições estatuidadas pelo mesmo ordenamento jurídico.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

21. Em consonância com a obra “A verdade e as Formas Jurídicas” de Foucault, assinale a única alternativa incorreta.

- a) Práticas sociais engendram domínios de saber.
- b) As condições econômicas de existência encontram seu reflexo e expressão na consciência do sujeito concebido enquanto a-histórico e imutável .
- c) Novos domínios de saber não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos e novas técnicas, mas também formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento.
- d) O sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história.
- e) No século XIX, um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, nasceu das práticas sociais, das práticas sociais do controle e da vigilância.

Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado

22. Assinale a alternativa que não corresponde ao pensamento de Foucault:

a) As práticas jurídicas ou, mais precisamente, as práticas judiciárias, estão entre as mais importantes práticas sociais que permitem à análise histórica localizar a emergência de novas formas de subjetividade.

b) As práticas judiciárias, isto é, a maneira pela qual, entre os homens, se arbitraram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometidos, todas estas práticas regulares modificadas sem cessar através da história, definem tipos de subjetividades, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade.

c) Foi no meio da Idade Média que o inquérito apareceu como forma de pesquisa da verdade no interior da ordem jurídica. Foi para saber exatamente quem fez o quê, em que condições e em que momento, que o Ocidente elaborou as complexas técnicas do inquérito que puderam, em seguida, ser utilizadas na ordem científica e na ordem da reflexão filosófica.

d) A constituição histórica das práticas judiciárias não influenciou em nenhuma medida as formas mais refinadas de investigação empírica que são típicas da pesquisa científica moderna.

e) No século XIX se inventaram, a partir de problemas jurídicos, judiciários, penais, formas de análise bem curiosas e não mais de inquérito. Tais formas de análise deram origem à Sociologia, à Psicologia, à Psicopatologia, à Criminologia, à Psicanálise.

23. “Uma Teoria da Justiça” de John Rawls é amplamente considerada como uma das obras

fundamentais da Filosofia Política do século XX. Assinale a alternativa incorreta, que não condiz com o pensamento exposto pelo autor na referida obra:

a) Leis e instituições, se eficientes e bem organizadas, não devem ser reformadas ou abolidas se injustas.

b) Cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem estar da sociedade como um todo pode ignorar.

c) Em uma sociedade justa, as liberdades da cidadania igual são consideradas invioláveis; os direitos assegurados pela justiça não estão sujeitos à negociação política ou ao cálculo de interesses sociais.

d) A Justiça nega que a perda da liberdade de alguns se justifique por um bem maior partilhados por outros.

e) Sendo virtudes primeiras das atividades humanas, a verdade e a justiça são indisponíveis.

24. São todas afirmações de John Rawls em “Uma Teoria da Justiça” exceto:

a) Meu objetivo é apresentar uma concepção da Justiça que generaliza e leva a um plano superior de abstração a conhecida teoria do contrato social como se lê, digamos, em Locke, Rousseau e Kant.

b) A organização de uma sociedade é satisfatória quando atendidos os critérios de maximização da felicidade, independentemente de qualquer ideal de justiça como equidade.

Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado

c) Para nós o objeto primário da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou mais exatamente, a maneira pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes da cooperação social.

d) Digamos agora que uma sociedade é bem-ordenada não apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros mas quando é também efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça. Isto é, trata-se de uma sociedade na qual (1) todos aceitam e sabem que os outros aceitam os mesmos princípios de justiça, e (2) as instituições sociais básicas geralmente satisfazem, e geralmente se sabe que satisfazem, esses princípios.

e) Pode-se imaginar uma concepção da justiça como constituído a carta fundamental de uma associação humana bem ordenada.

25. Em consonância com as ideias de Rawls, classifique as afirmações como Verdadeiras ou Falsas e, posteriormente, assinale a alternativa que corresponde à sua classificação:

I) Segundo Rawls, não devemos pensar no contrato original como um contrato que introduz uma sociedade particular ou que estabelece uma forma particular de governo. Pelo contrário, a Ideia norteadora é que os princípios da justiça para a estrutura básica da sociedade são o objeto do consenso original (___)

II) Os princípios de justiça seriam, de acordo com Rawls, aqueles que pessoas livres e racionais, preocupadas em promover seus próprios interesses, aceitariam numa posição inicial de igualdade como definidores dos termos fundamentais de sua associação (___)

III) Os princípios de justiça definidos devem regular todos os acordos subsequentes;

especificam os tipos de cooperação social que se podem assumir e as formas de governo que se podem estabelecer. A essa maneira de considerar os princípios de justiça, Rawls denomina justiça como equidade (___)

a) F, V, F

b) F, F, V

c) V, V, V

d) V, F, V

e) V, V, F

26. No tocante à doutrina da posição original de igualdade de John Rawls, assinale a única alternativa incorreta.

a) Na justiça como equidade a posição original de igualdade corresponde ao estado de natureza na teoria tradicional do contrato social.

b) A posição original não é, obviamente, concebida como uma situação histórica real, muito menos como uma condição primitiva da cultura. É entendida, antes, como uma situação puramente hipotética caracterizada de modo a conduzir a certa concepção de justiça.

c) Sob esta perspectiva, o objeto primário da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou mais exatamente, a maneira pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes da cooperação social.

Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado

d) Como consequência necessária do véu da ignorância, a distribuição desigual de direitos resultante será aceita como resultado natural oriundo do acaso natural e da desigualdade estrutural de cada sociedade em específico.

e) Os princípios da justiça são escolhidos sob um véu de ignorância. Entre as características essenciais dessa situação está o fato de que ninguém conhece seu lugar na sociedade, a posição de sua classe ou o status social e ninguém conhece sua sorte na distribuição de dotes e habilidades naturais, sua inteligência, força, e coisas semelhantes.

27. Na primeira parte de sua conhecida obra “A Era dos Direitos”, Norberto Bobbio afirma não ser possível propor a busca do fundamento absoluto capaz de justificar um núcleo imutável e inquestionável de direitos do homem. São todas razões oferecidas por Bobbio para justificar sua crença, exceto:

a) Durante séculos, os jusnaturalistas supunham ter colocados certos direitos (mas nem sempre os mesmos) acima da possibilidade de qualquer refutação, derivando-os diretamente da natureza do homem. Mas a natureza do homem revelou-se muito frágil como fundamento absoluto de direitos irresistíveis.

b) Os direitos do homem constituem uma classe variável, como a história destes últimos séculos demonstra suficientemente. O elenco dos direitos dos homens se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, etc.

c) O que parece fundamental numa época história e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas.

d) Não se concebe como seja possível atribuir um fundamento absoluto a direitos historicamente relativos. De resto, não há por que ter medo do relativismo. A constatada pluralidade das concepções religiosas e morais é um fato histórico,

também ele sujeito à modificação. O relativismo que deriva dessa pluralidade é também relativo. E, além do mais, é precisamente este relativismo o mais forte argumento em favor de alguns direitos do homem, dos mais celebrados, como a liberdade de religião e, em geral, a liberdade de pensamento.

e) Direitos humanos e fundamentais não são desejáveis e não devem ser protegidos.

28. Bobbio afirma: o problema grave do nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não é mais de fundamentá-los, e sim o de protegê-los. Neste sentido - e de acordo com o pensamento de Bobbio exposto na “Era dos Direitos” - classifique as afirmações como Verdadeiras ou Falsas e, posteriormente, assinale a alternativa correta:

I) Segundo Bobbio, o problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los (___)

II) De acordo com o italiano, a Declaração Universal dos Direitos do Homem representa a manifestação da única prova através da qual um sistema de valores pode ser considerado humanamente fundado e, por tanto, reconhecido: e essa prova é o consenso geral de sua validade. Os jusnaturalistas teriam falado de consensus omnium gentium ou humani generis (___)

Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado

III) Bobbio argumenta que deduzir e inferir os direitos do homem de afirmações auto evidentes, dado que este procedimento garantiria a validade universal destes mesmo direitos, seria o modo mais adequado para protegê-los na contemporaneidade (___)

a) V, F, F

b) V, V, V

c) F, V, F

d) V, F, V

e) V, V, F

29. Em consonância com Bobbio, NÃO podemos afirmar que:

a) Pode-se afirmar, em geral, que o desenvolvimento da teoria e da prática dos direitos dos homens ocorreu, a partir do final da guerra, essencialmente em duas direções: na direção de sua universalização e naquela de sua multiplicação.

b) Quando dos direitos humanos na contemporaneidade, não se observa e não se deve observar diferentes critérios de diferenciação (sexo, idade, condições físicas), cada um dos quais revela diferenças específicas.

c) Também os direitos do homem são, indubitavelmente, um fenômeno social. Ou, pelo menos, também um fenômeno social: e, entre os vários pontos de vista de onde podem ser examinados (filosófico, jurídico, econômico, etc.), há lugar para o sociológico, precisamente o da sociologia jurídica.

d) Essa multiplicação de direitos dos homens ocorreu de três modos: a-) porque aumentou a quantidade de bens considerados merecedores de tutela; b) porque foi entendida a titularidade de alguns direitos típicos a sujeitos diversos do homem; c-) porque o próprio homem não é mais considerado como ente genérico, ou homem em

abstrato, mas é visto na especificidade ou na concretude de suas diversas maneiras de ser em sociedade, como criança, velho, doente, etc.

e) No tocante aos direitos humanos, ocorreu a passagem dos direitos de liberdade – das chamadas liberdades negativas, de religião, de opinião, de imprensa, etc. – para os direitos políticos e sociais, que requerem uma intervenção direta do Estado.

30. Na obra “A Era dos Direitos”, Bobbio, por diversas vezes, faz referências explícitas ao pensamento kantiano. São todas afirmações kantianas expressas no referido texto, exceto:

a) Kant pôs a seguinte questão: “se o gênero humano está em constante progresso para o melhor”. A essa pergunta, que ele considerava como pertencendo a uma concepção profética da história, julgou ser possível dar uma resposta afirmativa, ainda que com alguma hesitação.

b) Kant, buscando identificar um evento que pudesse ser considerado como uma sinal da disposição do homem a progredir, indicou o entusiasmo que despertara na opinião pública mundial a Revolução Francesa, cuja causa só podia ser “uma disposição moral da humanidade”.

c) Segundo Kant, a história se movimenta de forma cíclica, o que representa que estágios de progresso necessariamente são sucedidos por estágios de decadência, inclusive moral e política.

d) De acordo com Kant, o sinal premonitório da disposição moral da humanidade era o aparecimento, no cenário da história, do “Direito que tem um povo de não ser impedido, por outras forças, de dar a si mesmo uma Constituição civil que julga boa”.

e) Definindo o direito natural como o direito que todo homem tem de obedecer apenas à lei de que ele mesmo é legislador, Kant dava uma definição da liberdade como autonomia, como poder de legislar para si mesmo.

